

MULHERES DIFAMADAS: SEGREGAÇÃO FEMININA ENTRE CATÓLICOS E PURITANOS NO SÉC. XIX

DEFAMED WOMEN: THE FEMININE SEGREGATION AMONG CATHOLICS AND
PURITANS IN THE 19TH CENTURY

Luís André NEPOMUCENO¹

Lara Portilho PEREIRA²

Resumo: O papel atribuído à mulher no corpo social moderno modificou-se através dos séculos, mas a figura feminina ainda sofre com o legado do sistema patriarcal. Assim sendo, este artigo procurou compreender a exclusão e a difamação da mulher em comunidades de católicos e puritanos nos romances *Lucíola*, de José de Alencar, e *A Letra Escarlate*, de Nathaniel Hawthorne, em meados do século XIX. A exclusão social de Lúcia e Hester Prynne, as heroínas dos romances em análise, é resultado de uma cruel estratégia de difamação pública e do padrão de normalidade idealizado por religiões extremistas ou moralistas daquele contexto. Católicos e puritanos revelam a hipocrisia existente em suas comunidades, dissimulando os vícios morais praticados pelos ícones do poder patriarcal, minimizando o papel da mulher e submetendo-a a uma espécie de controle da liberdade social e afetiva. Portanto, a desonra e a segregação dessas personagens ocorrem porque ambas tentam romper com os paradigmas estabelecidos. Para alcançar o propósito desta pesquisa, uma análise do corpus literário escolhido, uma revisão histórica das sociedades em análise, bem como uma breve consideração sobre o romantismo foram realizadas.

Abstract: The role attributed to women in the modern social sphere has been modified along the centuries, but the female figure still suffers with the patriarchal system legacy. This way, the present paper aimed at understanding the exclusion and the defamation of women in societies composed by Catholics and puritans, in the novels *Lucíola*, by José de Alencar, and *The Scarlet Letter*, by Nathaniel Hawthorne, in mid-19th century. The social exclusion of Lúcia and Hester, the heroines of the novels in analysis, is the result of a cruel strategy of public defamation and of the pattern of normality idealized by extremist or moralistic religions in that historical context. Catholics and puritans reveal the hypocrisies latent in their communities, by dissimulating the moral vices practiced by the icons of the patriarchal power, and also by minimizing the role of women and submitting them to a kind of control of their affective and social freedom. Therefore, the dishonor and segregation of these characters occur because both of them try to rupture the established paradigms. To reach the objectives of this research, we fulfilled an analysis of the selected literary corpus, a historical revision of the above-mentioned communities and brief consideration on Romanticism.

Palavras-chave: Intolerância Religiosa. Romantismo. Mulher e Sociedade. Literatura e História.

Keywords: Religious intolerance. Romanticism. Women and Society. Literature and History.

¹ Doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP, com pós-doutoramento pela mesma instituição. Professor de Literatura do Centro Universitário de Patos de Minas, MG. Contato: luisandre.nepomuceno@gmail.com

² Docente do curso de Letras do Centro Universitário de Patos de Minas. Contato: laraportilho_21@hotmail.com

Introdução

Ao final de seu romance histórico *A letra escarlate*, de 1850, Nathaniel Hawthorne, depois de colocar em cena a famosa (e supostamente verídica) história de Hester Prynne, a mulher adúltera que fora forçada a usar a letra “A” bordada em seu vestido, como forma de distintivo e difamação pública, termina o livro retratando a mesma heroína segregada de sua comunidade e buscando a vida num casebre junto a sua filha. Alguns anos depois, em 1862, José de Alencar publicaria no Rio de Janeiro um de seus mais célebres romances, *Lucíola*, o qual narra a história da jovem que fora levada à prostituição por conta de circunstâncias pessoais e que, ao final, terminaria seus dias num casebre no bairro de Santa Teresa, doente e fragilizada, junto à irmã mais nova e ao companheiro Paulo, único homem a quem ela amou.

As duas narrativas, próximas no tempo, herdeiras ambas de uma estética romântica, lidam com enredos muito semelhantes, especialmente em seu desfecho, abordando um tema polêmico para duas culturas distintas: a difamação pública e a segregação de mulheres em sociedades machistas e patriarcais. No primeiro caso, o de Hawthorne, o romance histórico está ambientado na Salém de final do séc. XVII, uma das mais importantes cidades na Nova Inglaterra, região das primeiras colônias americanas, numa época ainda intoxicada pelos furores teológicos do puritanismo, facção política e religiosa que fugia de perseguições na Inglaterra dos Tudor e dos Stuart. No segundo caso, a narrativa se passa no Rio de Janeiro de meados do século XIX (1855, conforme anuncia o narrador), então capital do império, às voltas com uma sociedade católica, conservadora e patriarcal, socialmente dividida entre homens livres e escravos, e tomada por uma hipocrisia moral em que os homens ocupavam espaços públicos vetados às esposas, em geral confinadas no espaço doméstico.

Nas duas situações narrativas, as heroínas são acusadas e publicamente difamadas como modelos destoantes de suas comunidades: Hester Prynne, como supostamente adúltera, e Lúcia, como a prostituta cobiçada por toda a corte carioca, mas ao mesmo tempo, confinada a seu espaço social e a sua condição de inferioridade moral.

Os dois casos são passíveis de uma aproximação comparativa: Hester Prynne e Lúcia rompem, cada uma a seu modo, com os códigos sociais impostos por determinados modelos patriarcais e moralistas de seu tempo. E é a ruptura feminina desses modelos que interessa a este artigo, apto a permear uma discussão entre literatura e história. As aproximações são válidas não por se tratar de sociedades e tempos históricos identificáveis e comparáveis, mas por se tratar de personagens expostas a situações que se identificam: mulheres difamadas por terem rompido com modelos moralizantes, patriarcais e notoriamente hipócritas. Trata-se, em certa medida, de

personagens expostas à prática da segregação por meio da exclusão da cidadania, por meio de um veto social como exercício de definição dos espaços públicos e privados. Sob o ponto de vista da história e da historiografia literária, trata-se de dois escritores tomados pela atmosfera romântica de meados do séc. XIX e, portanto, ávidos por um julgamento crítico da civilização burguesa de seu tempo, uma cultura dissimulada e materialista que, a despeito de seus elogios ao amor romântico, buscou a consolidação do modelo econômico capitalista e das relações afetivas e familiares regidas pelos interesses de classe social. Nesse sentido, será preciso compreender em que medida a estética romântica nos revela as motivações dos dois escritores, ao pensar a exclusão feminina do espaço libertário da vida burguesa.

Alencar e Hawthorne numa atmosfera romântica

O Romantismo foi um marco de transformações políticas e econômicas, mas também de ideais que revolucionaram primeiramente a Europa para, em seguida, expandir-se para o mundo. Löwy e Sayre (1993) pontuam que o Romantismo, mais que uma escola literária, foi uma complexa visão de mundo tomada por um espírito de contrarrevolução aos projetos liberais da Revolução Industrial. Embora pareça um modelo conservador, passadista, em permanente anseio pelos tempos pré-capitalistas, manifestando-se como uma espécie de “fuga da realidade”, em busca de elementos aparentemente utópicos e devaneadores, o Romantismo tem muito de revolucionário: “até mesmo quando ele toma a forma aparente de uma ‘fuga da realidade’, este ‘irrealismo crítico’ pode conter uma potente carga negativa (implícita ou explícita) de contestação da nova ordem burguesa (filisteia) em andamento” (LÖWY; SAYRE, 1993, p. 15).

No Brasil, a multiplicidade de olhares nos diversos romances de José de Alencar revela uma obra a ser apreciada sobretudo pela sua capacidade crítica e denunciadora de uma sociedade patriarcal no Brasil do Segundo Reinado. A trilogia dos perfis de mulheres alencarianas, *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Senhora* (1875), retratam mulheres de personalidade forte e comportamentos singulares para a época, as quais rompem com os paradigmas de uma sociedade burguesa, tomada por dogmas católicos e conservadores. Entretanto, é uma ruptura que causa conflitos interiores nas jovens. Trata-se da contraditória face psicológica das personagens que, embora desafiadoras e ousadas, ainda aceitam valores patriarcais impregnados na alma e acabam por se submeter a seus amados, de tal forma a que o amor romântico e verdadeiro (razão de ser do romance alencariano) sempre prevaleça. Essa trilogia faz parte dos romances urbanos de Alencar, em que o autor descreve e critica a sociedade burguesa do Rio de Janeiro nos meados do século XIX.

Já nos Estados Unidos, à mesma época, encontra-se Nathaniel Hawthorne, autor influenciado pela rígida tradição religiosa de sua família e pelos rigores da cultura puritana, impregnada de uma moralidade que vinha dos tempos do calvinismo inglês. Hawthorne (1804-1864), nascido e criado em Salém, Massachusetts, cresceu com a severidade e a ordem puritana que regia o comportamento coletivo e reprimia a todos que não seguiam o dogma presbiteriano. Nathaniel era descendente de um juiz que condenou as famosas “bruxas” no tribunal de Samuel Sewall e Cothon Mather, na Salém de 1692, quando muitas jovens foram acusadas de feitiçaria e executadas publicamente. Esse legado sinistro sempre atormentou o escritor, que, em contos e romances, descreveu pessoas e lugares sombrios, evidenciando o lado obscuro da comunidade em que viveu. O seu olhar observador e crítico foi o que impulsionou a sua literatura, marcada por uma estética de beleza singular e pela crítica ao pseudomoralismo de uma comunidade severa e à opressão social que essa mesma comunidade impôs a seus seguidores.

Considerando essas questões, este artigo propõe um estudo analítico e comparativo da figura transgressora da mulher em meados do século XIX a partir dos romances *A letra escarlate*, de Nathaniel Hawthorne, e de *Lucíola* de José de Alencar. As histórias são situadas em espaços e tempos diferentes, mas ambas expõem a difamação pública de mulheres em sociedades machistas e patriarcais, em que as protagonistas são acusadas de vícios morais e segregadas da sociedade como indivíduos que romperam com determinados códigos sociais: Lúcia, prostituta de luxo da corte carioca, por ter abandonado o ofício e tentado buscar uma vida conjugal estável, ao lado de Paulo; e Hester Prynne, adúltera aos olhos de sua comunidade puritana, por ter tido um filho clandestinamente (com o próprio reverendo da aldeia). Para compreender o que levou à difamação pública dessas mulheres, será necessário um breve estudo sobre as motivações históricas que levaram à exclusão e à segregação feminina.

Idealistas e românticos, movidos por um senso de crítica à própria civilização burguesa e seu aparato técnico e moralista, Alencar e Hawthorne colocaram em xeque o poder patriarcal e expuseram dramas femininos complexos. Deve residir justamente aí a sua propensão romântica: o apelo a comunidades orgânicas pré-capitalistas e pré-burguesas, ainda não intoxicadas pelo jogo de interesses de classe e pela hipocrisia moral. Embora distantes no espaço, os dois escritores provocaram o conservadorismo moral de seu tempo, ao expor as contradições da classe burguesa, que perdoa os vícios masculinos, mas estigmatiza a conduta das mulheres.

O pecado escarlate

A Letra Escarlate, publicado em 1850 por Nathaniel Hawthorne, livro referencial das letras americanas, registra episódios do fim do século XVII em Salém, Estados Unidos. Trata-se de período em que os puritanos calvinistas acabavam de se instalar na Nova Inglaterra, fugidos da opressão anglicana dos Stuart, para praticar sua religião recém-nascida, mantida à custa de rígidos princípios. Vinham tomados de um espírito utópico e messiânico, como os escolhidos de Deus para colonizar o novo mundo. Essa utopia política “encarnaba no sólo un éxodo profético del Viejo Mundo corrupto a la Nueva Canaán de América, sino también un peregrinaje espiritual a través del desierto inexplorado (‘wilderness’) del mundo hacia la redención” (GARCÍA, 1989, p. 131-132).

Hawthorne, no entanto, ironiza essa “utopia de virtude”, ao expor logo no primeiro capítulo de seu romance os espaços que compuseram as primeiras necessidades dos grupos puritanos: “[...] uma nesga do solo virgem a um cemitério, e outro pedaço à sede de uma prisão” (HAWTHORNE, 2006, p. 55). E antes mesmo de começar sua narrativa, no imenso prólogo que antecede os acontecimentos, o autor expõe ao leitor uma descoberta sua nos arquivos da alfândega do porto de Salém (onde Hawthorne efetivamente trabalhou): um “pacote” contendo um “objeto de leve tecido escarlate, muito puído e desbotado” em que estava escrita a letra “A”, e junto a esse pacote, documentos relatando a história de uma certa Hester Prynne (HAWTHORNE, 2006, p.41). Após a descoberta, o romancista decide escrever sobre a vida dessa obscura mulher que saiu dos arquivos da história para se tornar mais tarde uma heroína da literatura norte-americana.

A narrativa inicia-se na praça pública, onde uma multidão aguarda a chegada de Hester Prynne, mulher “elegantíssima” com “um ar de grande dama, no padrão da nobreza feminina daquele tempo”, de “cabelos pretos e copiosos” e “olhos negros e pensativos”, condenada a usar a letra “A” em escarlate, “artisticamente bordada, e tão exuberante” em seu peito, como símbolo de sua vergonha, e a se expor no pelourinho para que todos possam presenciar a sua desonra (HAWTHORNE, 2006, p. 60). Tal punição “serviria de disciplina e adestramento às outras jovens que talvez passassem pelas mesmas tentações e provas, e que enfrentassem em potencial as mesmas fraquezas e paixão daquela mulher” (CAMPOS, 2008, p. 6), para que todas se lembrassem da conduta profana da jovem.

A protagonista deu à luz uma menina chamada Pearl, fruto de uma relação fora de seu casamento, embora seu esposo tivesse sido dado como morto. Para os puritanos, o adultério é sentenciado por meio da humilhação pública, e assim sendo, ela é sujeitada a subir no pelourinho a fim de ouvir sua sentença. No decorrer de sua exposição na praça, após sair da prisão, Hester é desonrada, mas permanece em silêncio carregando em seu colo a filha. A identidade do pai não é revelada naquele momento, e ela avista, ao longe, em meio à multidão, o marido Roger

Chillingworth. O homem se apresenta à comunidade como um médico que, ao longo da trama, impõe a Prynne que mantenha em segredo sua identificação e ameaça descobrir a identidade de seu suposto amante. Roger é convidado a morar com o pastor local, crente de uma fé inabalável, o reverendo Arthur Dimmesdale, que morava sozinho e necessitava de cuidados médicos por se mostrar debilitado. Chillingworth também aproveita para pressionar Dimmesdale, que ele desconfia ser o pai de Pearl.

A história acontece em um intervalo de sete anos, período em que Hester torna-se costureira e bordadeira da comunidade e educa sua pequena Pearl. A adúltera é sempre motivo de comentários por onde passa, e sua filha é excluída pelas outras crianças, já que é o símbolo vivo do pecado. Hawthorne compõe o retrato de uma comunidade fria e severa. Grubba afirma que “o autor demonstra um interesse intenso pelo ser humano e também apresenta o lado obscuro da comunidade puritana, essencialmente no que tange aos rígidos valores religiosos e à dignidade humana” (GRUBBA, 2013, p. 232). O puritanismo predominante na pequena comunidade considera imprescindível doutrinar seus seguidores com valores morais severos para que estes tenham condutas exemplares; dessa forma, a violação do dogma empreendida por Hester é abominada por todos, visto que foge à ordem puritana. Durante esse mesmo período, o reverendo sofre de aflição e de uma moléstia que ataca sua alma, porém, mais que isso, ele sofre da tortura feita por Roger, o suposto amigo, confidente e médico. Hawthorne, ao longo da narrativa, arrasta o leitor ao entendimento de que o pastor é o pai legítimo da pequena Pearl, e por isso, vai-se compreendendo que Dimmesdale carrega em si o peso do arrependimento, porque o pecado cometido por ele e Prynne o atormenta, já que ele fora criado nos dogmas e valores do puritanismo (CAMPOS, 2014).

Com a chegada de estrangeiros em um navio vindo da Velha Inglaterra, Hester Prynne propõe ao reverendo partir com ela e Pearl para longe. No entanto, o jovem pastor, corroído pela consciência e pelo anseio de confissão, deseja revelar a verdade diante de todos. Para isso, o sacerdote confessa à comunidade a dissolução de sua alma e sua vergonha de não ter admitido, nos últimos sete anos, sua relação ilícita com Hester Prynne e de não ter reconhecido a paternidade de Pearl. Ele também carregava em seu peito, mas em sua própria carne, a letra “A” como sentença e punição de sua perversão. Depois da confissão, o sacerdote dá o seu último suspiro em um gesto de livramento. Anos depois, após a partida de Pearl, a menina que herdou todo o patrimônio de Roger Chillingworth, sua mãe, a dona da letra escarlate, regressa à sua comunidade e falece.

O anjo diabólico

O principal expoente da prosa romântica brasileira publicou em 1862 uma de suas obras mais emblemáticas, que marcaria o Romantismo brasileiro e a história da literatura no séc. XIX. *Lucíola*, de José de Alencar, tem como cenário a cidade do Rio de Janeiro em 1855, e Lúcia como protagonista, descrita pela primeira vez por Paulo como “uma linda menina”, com um “rosto mimoso” e provavelmente de “pura alma” (ALENCAR, 2014, p. 19). Ao conhecê-la na festa da Glória, Paulo mostra-se à primeira vista um provinciano ingênuo, incapaz de perceber a imoralidade dos homens da capital e a dinâmica social que move a cidade grande.

A pirâmide social conservadora do Segundo Reinado apresenta, de um lado, homens livres e escravos, e de outro, mulheres ocupadas em suas tarefas domésticas, sempre acompanhadas de seus esposos ou familiares do sexo masculino. Isso logo permite compreender que Lúcia não era somente uma “mulher bonita” (ALENCAR, 2014, p. 17), mas sim uma das mais cobiçadas cortesãs do Rio e, portanto, uma espécie de intrusa na alta sociedade carioca. Valdeci Borges (2001), estudando a obra de Machado de Assis, faz um mapeamento dos “intrusos” na ordem autoritária do casamento e da família nuclear patriarcal (concubinas, celibatários, solteironas, libertinos e mundanas), e identifica as prostitutas como representativas do vício, da sedução e da infidelidade: “trazem infortúnios aos lares, famílias e esposas, consumindo fortunas, paz doméstica e, mesmo assim, sendo infiéis” (BORGES, 2001, p. 179).

O relacionamento carnal entre Lúcia e Paulo suscita a condenação de ambos porque, para a sociedade daquele tempo, a relação entre um jovem de boa família e uma acompanhante de luxo é absolutamente infundada (MIRANDA FILHO, 2007). Ao desnudar-se na casa de Sá na frente dos convidados de uma festa orgiaca (cap. 7 do livro), o anjo diabólico iguala-se a um objeto banal, confirmando a ideia de que a mulher é objeto de pecado, conforme algumas tradições do cristianismo (embora não haja aqui a intenção da generalização: SILVEIRA; MALUF-SOUZA; FERNANDES, 2014), o que causa ainda mais a maledicência de todos. O desnudamento revela a punição moral e sexual que a personagem inflige a si mesma por opressão social. Apesar do desgosto diante das atitudes de Lúcia e do seu constante medo de se envolver com a jovem, Paulo continua a vê-la como uma moça bela e pura. Instala-se, então, uma transitória relação de confiança entre os dois, mas o anjo pecador tem enraizados em si os mesmos valores e preconceitos de sua sociedade, dificultando o elo que há entre o casal. A própria Lúcia não consegue discernir as motivações da percepção de si mesma como objeto do desprezo social, não consegue compreender que é objeto de descarte no mercado dos prazeres, e que a ela não é dado inserir-se em certos círculos sociais. Sobre o mercado das relações humanas, Valdeci Borges (2007, p. 86) pontua questões importantes:

Ao problematizar e denunciar a mercantilização das relações humanas, da prostituição do corpo feminino, da extrema coisificação da pessoa transformada em mercadoria, Alencar trabalha as idéias da mulher incompreensível, da duplicidade do feminino em demoníaco e divino, da degradação humana imposta pelo dinheiro, da dissolução da família, do amor às mercadorias representado na figura da prostituta.

Por diversas vezes, Lúcia tenta romper com o mundo exterior a fim de viver seu amor com Paulo, mas a sociedade carioca, com valores familiares e tradicionais regidos pelos dogmas do catolicismo, julga-a, condena-a e difama-a, porém a recebe clandestinamente no mundo da prostituição, evidenciando a hipocrisia burguesa do século XIX (FORTES, 1992). Numa passagem em que Paulo encontra a cortesã lendo *A Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas, história que retrata também a vida de uma prostituta, percebem-se o drama de consciência e a punição que a moça inflige a si mesma, numa espécie de aceitação do estigma social:

Eu?... Que ideia! Para que amar? O que há de real e de melhor na vida é o prazer, e esse dispensa o coração. O prazer que se dá e recebe é calmo e doce, sem inquietação e sem receios. Não conhece o ciúme que desenterra o passado, como dizem que os abutres desenterram os corpos para roerem as entranhas. Quando eu lhe ofereço um beijo meu, que importa ao senhor que mil outros tenham tocado o lábio que o provoca? A água lavou a boca, como o corpo que serviu ao festim; e o vinho não é menos bom, nem menos generoso, no cálice usado, do que no cálice novo. O amor!... O amor para uma mulher como eu seria a mais terrível punição que Deus poderia infligir-lhe! Mas o verdadeiro amor d'alma; e não a paixão sensual de Margarida, que nem sequer teve o mérito da fidelidade. Se alguma vez essa mulher se prostituiu mais do que nunca, e se mostrou cortesã depravada, sem brio e sem pudor, foi quando se animou a profanar o amor com as torpes carícias que tantos haviam comprado (ALENCAR, 2014, p. 87).

Numa nova tentativa de regenerar-se, já que ela renega sua imagem de cortesã, Lúcia revela sua verdadeira identidade a Paulo, como Maria da Glória, jovem ingênua que entrou no mundo da prostituição para cuidar de sua família que sofrera com a epidemia de tuberculose, o que permite sua redenção para, enfim, sua nova experiência de amor com Paulo. Para isso, Maria da Glória se desfaz de suas riquezas, transforma-se numa mulher simples e vende sua casa, deslocando-se para o bairro de Santa Terezinha para morar num casebre com sua irmã mais nova e seu amado, a fim de se tornar uma mulher do lar. Maria da Glória busca adequar-se a um modelo que lhe fora hostil. A mudança de ambiente para modificar a imagem da prostituta é reveladora do estigma que se lhe havia imposto. Ao afastar-se da vida mundana, a cortesã se recusa a ter contato físico com Paulo, pois para ela é necessário purificar o corpo e, sobretudo, a alma marcada pela imoralidade da corte

carioca. Mas ao descobrir sua gravidez, a punição e o conflito interior, cruelmente alimentados pela hipocrisia moralista, causam a morte da jovem. Para ter seu filho, o casamento era a única possibilidade, mas seria inaceitável, visto que era impossível “conciliar a virgem e a prostituta, dois seres de natureza inconciliáveis” (FORTES, 1992, p. 68). A condenação à morte que Lúcia aplica a si mesma é advinda do conceito de que ela não é digna do amor de Paulo, por ter seu corpo impuro e carregar em si o fruto desse amor. A única forma de redenção e purificação é o falecimento de Maria da Glória, que a liberta de seus pecados, já que a gravidez é, a seus olhos, um castigo de Deus.

A força do anjo pecador e da puritana pecadora

Lucíola e *A Letra Escarlate* são narrativas próximas no tempo, herdeiras de uma estética romântica, escritas por dois autores diferentes, que, no entanto, lidam com enredos semelhantes. Tanto Alencar quanto Hawthorne escrevem histórias ambientadas num tempo diferente daquele em que vivem. No primeiro caso, *Lucíola* é publicada em 1862, mas os fatos acontecem em 1855, sendo a publicação ficticiamente atribuída à senhora G.M, que reúne as cartas de Paulo, conforme posto na epígrafe do livro. Já no segundo caso, Nathaniel publica *A Letra Escarlate* em 1850, mas as ações da trama são desencadeadas no século XVII. Conforme o próprio autor relata na introdução de seu romance (“A Alfândega”), a descoberta do pacote que permitiu a escrita de uma das maiores heroínas da literatura do romantismo norte-americano revelou acontecimentos da época dos primórdios da colonização inglesa. Nas duas tramas, os escritores arrastam seus leitores para a factualidade, numa tentativa de tornar as circunstâncias ainda mais reais, como se os acontecimentos fossem não exatamente ficcionais, mas históricos. Para Antonio Candido (1997, p. 210), no caso de *Lucíola*, na “visualização artística, compondo uma atmosfera de cores, formas e brilhos para celebrar a poesia da vida americana (...), o senso visual era quase sempre diretamente descritivo, construindo por vezes certas visões sintéticas de um luminoso impressionismo”. Já Van Doren (1967, p. 127) assevera que “Hawthorne finalmente encontrou indivíduos que podem absorver todo o seu pensamento, e de maneira tão natural, que até ele próprio se esquece qual era esse pensamento. Ele pode pensar nesses indivíduos, não no que eles significam”. Percebe-se, então, uma capacidade de criação descritiva, mas também de criação psicológica das protagonistas, propondo ao leitor uma projeção ambígua que transita entre o imaginário ficcional e a realidade factual e histórica das ações narradas. É como se os narradores nos quisessem convencer de que não contam narrativas ficcionais, mas registram episódios da história local, um artifício muito usado no Romantismo nacionalista.

O fato é que a “história local” de cada um dos autores, o brasileiro e o norte-americano, compõem-se de narrativas de perseguição, exclusão, discriminação, misoginia, autoridade patriarcal e, sobretudo, difamação. Mais que segregadas (o que já não é pouco para as nossas heroínas que não contam com a proteção do senhorio masculino), essas mulheres são difamadas, são alvo do escárnio público, são objeto do desprezo social, são vítimas de uma detração cruel e dos olhares daqueles que, julgando-se puros e inocentados pela razão ética, veem-se como juízes da deformidade alheia e, portanto, autoridades de um tribunal invisível a eles concedido. Se o Romantismo promove uma espécie de “irrealismo crítico”, que pode, no entanto, “conter uma potente carga negativa (implícita ou explícita) de contestação da nova ordem burguesa (filisteia) em andamento”, conforme definira Löwy e Sayre (1993, p. 15), essa “nova ordem burguesa” constitui-se como o retrato da hipocrisia de uma classe social que, escondendo os vícios e as deformidades próprias, investe rancorosamente no julgamento das depravações alheias.

Desde os primórdios, a *detração*, também conhecida como maledicência, ou difamação, fez parte da história da humanidade, de homens e mulheres, da aristocracia aos plebeus, dos mais devotos aos mais incrédulos, enfim, o dito maldoso fez e faz parte da condição humana, pois onde há um grupo de pessoas, há sempre detratores blasfemando contra terceiros. A detração é definida por Leandro Karnal (2016, p. 15) como “a intenção de atacar, de diminuir, de jogar lama no alvo do meu veneno”. Para o autor, as injúrias proferidas pelo detrator, verdadeiras ou falsas, servem para atingir o outro, sem atingir a si mesmo ou ao grupo a que pertence: o importante é denegrir a imagem do outro. A detração é usada por interesses políticos ou pessoais, ou até mesmo por malícia, a fim de simplesmente ferir e ofender.

Lúcia é alvo da maledicência da corte carioca pela sua beleza cativante e invejável, mas também por ser uma prostituta cobiçada. Ela é invejada pelas outras cortesãs que desejam frequentar os homens ricos e receber os presentes mais luxuosos a que ela tem acesso; suas atitudes atípicas e seu comportamento eram também motivos de especulação. Ao metamorfosear-se numa mulher do lar, Maria da Glória é cruelmente excluída da sociedade, porque não pode transitar entre espaços sociais distintos, como a prostituição e a respeitabilidade da família burguesa patriarcal. “Não toques em coisa que pertença a esta mulher! É uma perda!” (ALENCAR, 2014, p. 122), dirá uma moça, irmã de Couto, referindo-se ao trabalho doméstico de Maria da Glória. É sintomático que a heroína busque a costura como atividade doméstica depois de sua mudança de espaço social. É o símbolo da submissão feminina. Hester também deverá exercer o ofício da costura como meio de sobrevivência, e será capaz, inclusive, de sugerir novos modelos entre os puritanos. Mas jamais será convidada a “bordar o véu branco destinado a cobrir os cândidos

rubores de uma noiva” (HAWTHORNE, 2006, p. 82). Era a exceção discriminadora contra o pecado da adúltera.

Assim como Lúcia, Hester é vítima do maldizer de sua comunidade, ela é difamada por ter mantido relações sexuais com o pastor da aldeia e ter tido com ele uma filha, ainda que os ouvidos curiosos não conheçam a origem da menina. Por se tratar de uma comunidade pequena e fervorosamente religiosa, as calúnias contra Prynne eram ainda mais vigorosas e maliciosas. No tempo em que vive em Salém, Hester é segregada e afastada do convívio social; sua filha também sofre as consequências da penalidade atribuída a sua mãe: Pearl não podia brincar com as crianças, pois elas se distanciavam sempre que a menina se aproximava.

Em ambas as narrativas, para além dos inúmeros subtemas abordados, as protagonistas são excluídas do corpo social, segregadas como modelos inaceitáveis, não apenas porque transgridem os códigos de moralidade, mas sobretudo porque ousam transitar entre espaços sociais e morais distintos. A segregação ocorre não porque o modelo seja inaceitável, mas porque ele anseia por se transformar e se inserir no código social que lhe fora vetado. Não é uma separação de classes, mas de condutas morais. Conforme Karnal (2016), a detração e os preconceitos estão interligados, pois para ele, “o detrator, com frequência, cria um padrão de normalidade e de comportamento aceitável ao contar para alguém (que compartilha supostamente desse código) sobre um terceiro que estaria fora do código dito ‘normal’” (KARNAL, 2016, p. 91). Sendo assim, as mulheres de Alencar e Hawthorne sofrem a calúnia de comunidades que criam estigmas e não abrem espaço para a regeneração do vício. Lúcia regenera-se não pelo acolhimento social, mas porque acredita que tem em si “a virgindade do coração” (ALENCAR, 2014, p. 122), ainda que, na consciência, aceite o estigma.

A detração contra as heroínas românticas existe a partir de conceitos que fazem parte do padrão de normalidade segundo os grupos sociais. Essa “normalidade” fora concebida por meio de ideais religiosos: a moral católica, no caso de *Lucíola*, e a ética puritana, em *A Letra Escarlate*. O catolicismo influenciou culturas e constituiu um poder para estabelecer normas de conduta, bem como para intervir em aspectos políticos e econômicos. Dessa forma, a sociedade católica, patriarcal e tradicionalista do século XIX alimentou princípios rígidos, em que os vícios eram condenados, sobretudo os vícios sexuais. O sexo feminino era visto como objeto de pecado, já que a primeira pessoa a cometer uma perversão fora uma mulher. Portanto, a tradição cristã orientava que as mulheres deviam aprender os afazeres domésticos e não podiam sair sem a presença de um homem, já que a pureza da mulher era vista como virtude. O padrão de conduta novecentista pregava o modelo de família patriarcal em que a mulher era concebida para se casar e cuidar de seus filhos (PRIORE, 2011).

Num contexto historicamente diverso, encontram-se os puritanos, fugidos de perseguições religiosas e políticas rumo à Nova Inglaterra, por volta do século XVII. Esse grupo de religiosos, conforme já mencionamos, procurava constituir uma sociedade nova, numa terra igualmente nova, a partir de supostos modelos inaugurais do cristianismo para pregar a doutrina do protestantismo calvinista: “o interesse principal do puritano é por uma Igreja pura, uma Igreja verdadeiramente Reformada (LLOYD-JONES, 2016, p. 301). Esses religiosos “exerceram um controle muito grande sobre todas as atividades dos indivíduos” (Karnal, 2007, p. 29), isto é, todos os desejos da carne eram condenados e a luta contra o mal devia ser combatida para a grandeza do espírito. Para eles, os vícios e os pecados deviam ser abominados como modelos papistas que fogem à ordem puritana. Por isto, havia um regime governamental que condenava com austeridade aqueles que desobedeciam às leis religiosas como forma de purificação (CAMPOS, 2014).

De um lado, Lúcia se opõe ao paradigma católico porque tratar-se de uma cortesã que se deixa levar pela luxúria, pelos pecados da vida mundana, à qual ela se submete, e pela riqueza que essa vida lhe oferece. No entanto, note-se que a tendência romântica de Alencar nos oferece uma explicação razoavelmente aceitável para a conduta da personagem, uma vez que sua imagem revelada ao fim da narrativa é consequência das condições de sua vida pregressa, quando a família se encontrava enferma na época da epidemia de febre amarela. A prostituição viera-lhe como caminho único, sob a sedução de Couto, uma figura sob nenhuma suspeita, na alta burguesia da capital do Império. Alencar praticamente vira o jogo da percepção do leitor ao final de seu romance, quando vitimiza Lúcia e responsabiliza o patriarcalismo burguês pelas mazelas da deterioração moral de seu tempo.

De outro lado, é possível compreender que a figura de Hester parece também contradizer os ideais morais e históricos construídos ao longo de todo um século, uma vez que a heroína rompe com todos esses valores: casara-se muito nova com Roger Chillingworth, bem mais velho que ela e, ao acreditar que o marido estava morto, a jovem ainda viveu a plenitude de sua mocidade, numa aventura ilícita com o pastor de uma aldeia estrangeira no novo mundo.

Em cada uma das comunidades retratadas, espaços sociais fechados à intolerância e, de certa forma, ainda pouco cosmopolitas (mesmo a capital do Império em 1855 é uma cidade “interiorana”), a hipocrisia e a maledicência reinam como valores de troca. Em *Lúciola*, o autor descreve a corte carioca como um cenário propício para a prática de vícios, em que os componentes do grupo social descartam aqueles que não seguem os padrões impostos ou excluem aqueles que se tornam desinteressantes como objetos sem valor. Lúcia é usada pelos homens para satisfazer seus prazeres, mas é descartada quando busca outra perspectiva de vida. Mary del Priore (2011, pp. 55-101) define o séc. XIX no Brasil como “o século hipócrita”, em que a fanática perseguição

católica contra os vícios sexuais, movida por estudos médicos e psicológicos importados da Europa, convivia silenciosamente com a permissividade e a prostituição, mesmo entre as famílias abastadas. Em outros termos, a sociedade condena Lúcia, mas acolhe-a clandestinamente em seus jogos de prostituição. E até mesmo a própria personagem pode ser acusada de hipocrisia, já que a jovem vive de ostentação, mas tenta regenerar-se e falha por inúmeras vezes porque a vida mundana se apresenta sempre mais fácil. Por fim, o amor por Paulo permite que a cortesã se reencontre consigo mesma.

Nathaniel Hawthorne, por sua vez, preocupou-se severamente com a denúncia da hipocrisia puritana, para além de seu romance-chave, como no caso do conto “O jovem Goodman Brown”, por exemplo, publicado inicialmente em 1835, e depois incorporado à coletânea de narrativas curtas *Mosses from an old manse* (1846). No conto, um jovem de boa família é seduzido a participar de um culto diabólico na floresta, às escondidas de sua esposa, e lá encontra-se com um sem-número de figuras importantes da sua aldeia religiosa: o pastor, o governador, o prefeito e até mesmo a sua professora de catecismo. A trama apresenta uma atmosfera que transita entre a realidade e a confusão onírica, de tal forma que não se sabe o que é verdade e o que é a imaginação delirante do personagem. Atormentado com o que presenciara, Goodman Brown, tempos depois, vê-se desiludido com sua comunidade fervorosamente religiosa, acreditando que todos estariam pactuados com o demônio, sem compreender que, tendo delirado uma boa parte de sua experiência, só poderá ter a única certeza de que ele próprio esteve motivado a participar do sabat diabólico. O conto lida com a questão do julgamento moral dos outros, mas também com a hipocrisia religiosa que envolve esse mesmo julgamento. A partir daí, compreende-se que a trajetória do autor, que advém de uma família essencialmente puritana, acaba por sofrer o impacto de uma tradição religiosa que acredita e tenta combater os seres sobrenaturais e os demônios pecaminosos. Em *A Letra Escarlate*, o autor, sempre às voltas com o tema das influências diabólicas e com os horrores da luxúria e do pecado, “denuncia a falsa moral de uma sociedade envolta em hipocrisia, mas que não lhes apresenta chance de conserto ou de, com ela, reconciliar-se” (OLIVEIRA, 2013, p. 25). Apesar de oferecer seus préstimos à comunidade, de fazer trabalhos manuais e ajudar os menos favorecidos, Hester é afastada de todos, o que revela uma espécie de parede invisível entre os eleitos e os impuros (OLIVEIRA, 2013).

Há uma notável desigualdade de gêneros que se apresenta nas sociedades descritas por Alencar e Hawthorne. Essa desigualdade está presente desde o princípio das narrativas, referindo-se a uma espécie de cultura que define a mulher como frágil, um ser incapaz de realizar as mesmas atividades que os homens. Essa cultura vem de ideais religiosos, mas também de teses biológicas

que acreditam que o sexo feminino é inferior ao masculino. Nesse sentido, Gilberto Freyre (*apud* Priore, 2011), define o sistema patriarcal da seguinte forma:

O homem tenta fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo. O culto pela mulher frágil, que se reflete nessa etiqueta e na literatura e também no erotismo de músicas açucaradas, de pinturas românticas; esse culto pela mulher é, segundo ele, um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se serve do oprimido – dos pés, das mãos, das tranças, do pescoço, das ancas, das coxas – como de alguma coisa quente e doce que lhe amacie, excite e aumente a voluptuosidade e o gozo. Nele, o homem aprecia a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador” (PRIORE, 2011, p. 72).

Priore (2011) revela que as mulheres adúlteras no “século hipócrita” podiam ser condenadas à pena de morte, mas os homens eram poupados com menos austeridade: “a falta de fidelidade masculina [era] vista como um mal inevitável que se havia de suportar” (PRIORE, 2011, p. 67). A historiadora afirma também que as prostitutas eram impuras e imorais, visto que deixavam-se levar pelos desejos do corpo. Havia um senso de normalidade que resguardava os homens que frequentavam as prostitutas, pois a necessidade sexual do homem era considerada maior. A contradição dos valores e princípios impostos em ambas as sociedades mostram o contraste entre homens e mulheres. Tanto Lúcia quanto Hester tentam romper com os paradigmas de suas respectivas sociedades, por isso são excluídas do convívio social e difamadas, uma vez que o grupo com o qual convivem recusa consentir, no caso de Lúcia, a mudança que ela deseja fazer; e de Hester, o pecado cometido pela jovem puritana. Diante disso, as duas protagonistas, a fim de se afastarem dos olhares críticos, deslocam-se para espaços distantes dos olhos preconceituosos e ferozes. Lúcia vai morar num casebre no bairro de Santa Teresa, junto à irmã mais nova e ao companheiro Paulo, para recomeçar a vida. Hester muda-se para um casebre, onde encontra paz em sua solidão e educa a sua filha, longe da crueldade daqueles que a condenam.

José de Alencar e Nathaniel Hawthorne descrevem heroínas fortes que lutam contra a exclusão, a difamação e a hipocrisia. Segregadas e descartadas pela vigilância pública, lutam contra modelos culturais que, impondo a soberania patriarcal e a rigidez ética, não permitem que o pecador se regenere. A difamação é uma estratégia que molda estigmas, que cristaliza modelos, que engessa o indivíduo em paradigmas inaceitáveis, mas que, sobretudo, não lhe confere espaço para a restauração de seus princípios. É uma fórmula excludente, que revela que, sob o olhar da intransigência religiosa, o pecado tem infinitamente mais peso do que a virtude. Entre os puritanos, por exemplo, o pavor do diabo fazia-os esquecer as virtudes do homem puritano. Na corte carioca

do Segundo Reinado, o estigma não concedia à prostituição a honra da regeneração. Os dois autores deixam a seus leitores uma reflexão sobre o direito e a cidadania, sobretudo das mulheres, na literatura, mas também no cotidiano das sociedades capitalistas do século XXI.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *Lucíola*. 29 ed. São Paulo: Ática, 2014.

ALENCAR, José de. *Senhora*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BORGES, Valdeci Rezende. “À margem do casamento e da família nuclear”, *Linguagem: Estudos e Pesquisas*. Catalão, vol. 2-3, 2001, pp. 165-183.

BORGES, Valdeci Rezende. “Corpo e sensibilidade em *Lucíola*, de José de Alencar”, *Opsis*, 7(8):86-107, 2007.

CAMPOS, Breno Martins. “As várias faces da mesma mulher: Hester Prynne na história, literatura e cinema”, In: *Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder*, 2008, Florianópolis.

CAMPOS, Breno Martins. Puritanismo e a construção político-social da realidade, *Revista Pandora Brasil*, n. 60, jan., 2014, p. 1-10.

CANDIDO, Antônio. “Os três Alencares”, in: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997.

FORTES, Rita Félix. “Do bordel ao lar: uma volta impossível em *Lucíola* de José de Alencar”. *Travessia*, Santa Catarina, n. 25, pp. 61-69, 1992.

GARCÍA, Mercedes Peñalba. “Visiones eutópicas de América en la identidad colonial puritana”, *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, n. 2 (1989), pp. 127-142

GRUBBA, Leilane Serrattine. *A letra escarlate: em busca da dignidade humana na questão de gênero. Estudos sociológicos*. Araraquara, 18(34) 229-246, jan./jun. 2013.

HAWTHORNE, Nathaniel. *A letra escarlate*. Trad. Sodré Viana. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HAWTHORNE, Nathaniel. “O jovem Goodman Brown”, in: CALVINO, Ítalo (org.). *Contos fantásticos do século XIX*. Trad. Ricardo Lísias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 173-185.

KARNAL, Leandro. *A detração: Breve ensaio sobre o maldizer*. UNISINOS, 2016.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Trad. Eloísa de Araújo Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

LLOYD-JONES, D.M. *Os puritanos: suas origens e seus sucessores*. São Paulo: Editora Pes, 1993.

MIRANDA FILHO, Francisco. *O amor, o preconceito e as questões do império no romance Lucíola de José de Alencar*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Literatura Brasileira. Fortaleza: UFC, 2007.

OLIVEIRA, Albérís Eron Flávio de. *A Letra Escarlate como romance histórico: uma história de fragilidade humana e tristeza*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Literatura Comparada. Natal: UFRN, 2013.

PRIORE, Mary del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

SILVEIRA, Wellington Marques da; MALUF-SOUZA, Olimpia; FERNANDES, Fernanda Surubi. “Lucíola e Senhora: a construção do feminino entre a memória e a ruptura”, *Todas as Musas*, ano 6, n. 1, jul./dez 2014, pp. 224-236.

VAN DOREN, Mark. *Nathaniel Hawthorne*. Trad. Lígia Junqueira. São Paulo: Martins, 1967.

Recebido em: 12/06/2018

Aprovado em: 21/09/2018